



# O SOLIDÁRIO

Boletim do Sector de Empresas da Cidade de Lisboa

Março 2008

## MAIS DE 50.000 NA MARCHA DO PCP PELA LIBERDADE E DEMOCRACIA



A Marcha pela Democracia e a Liberdade, que o PCP organizou, reuniu mais de 50.000 militantes, amigos e anti-fascistas, numa poderosa afirmação dos valores de Abril e da determinação do PCP em defender os direitos conquistados com a Revolução, e derrotar a actual ofensiva dos exploradores e do seu instrumento, o governo PS.



# Combatividade e unidade marcam o 11º Congresso da CGTP-IN

## Determinação para lutar

Aos graves problemas dos trabalhadores e do País e à ofensiva do Governo e do patronato, juntos para reduzir direitos e cortar salários, a reunião magna da CGTP-IN deu resposta à altura, reafirmando a determinação de prosseguir o combate, sem excluir nenhuma forma de luta, por emprego e justa distribuição da riqueza. Para alcançar este objectivo, expresso no lema principal do 11º Congresso, foram definidas orientações com vista a «*dar mais força aos sindicatos*».

## Adversidades e resultados

A determinação de lutar - afirmada até nas muitas vezes em que as intervenções feitas da tribuna eram sublinhadas pela vibrante repetição da palavra de ordem «*a luta continua*» - esteve permanentemente acompanhada da valorização dos resultados alcançados pelos trabalhadores e pelos sindicatos que não se dão por vencidos e optam por resistir.

## Mais força!

O objectivo de «*dar mais força aos sindicatos*», que fez parte do lema do congresso, foi objecto de uma resolução, aprovada por unanimidade e aclamação. Depois de, desde o 10º Congresso, se terem filiado na central mais três organizações e os sindicatos filiados terem aumentado em mais 168 mil novos associados (destes, 26,5 % são jovens com menos de 30 anos e 51,2 % são mulheres), a CGTP-IN assumiu agora como objectivos quantificados para os próximos quatro anos: **160 mil novas sindicalizações, dez mil novos mandatos de delegados sindicais e mil novos mandatos de representantes para a Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.**

Salientando que «*o cerne do sindicalismo é a acção*» e que «*a organização suporta-a, de forma estabilizada e consequente*», o congresso apontou a actividade em cada local de trabalho como prioridade dos sindicatos, para reforço da sua organização de base, a par da intensificação da acção reivindicativa

## Reivindicações centrais

O 11º Congresso aprovou a «*Carta reivindicativa de todos os trabalhadores*», que aponta 15 objectivos centrais:



- Revogar as normas gravosas do Código do Trabalho e rejeitar a «flexigurança» contida nas propostas do Livro Branco das Relações Laborais;
- Defender a contratação colectiva e impedir a caducidade das convenções colectivas.
- Combater a precariedade de emprego e o desemprego;
- Melhorar os salários e lutar contra a carestia de vida;
- Garantir horários de trabalho que compatibilizem o trabalho com a vida pessoal e familiar;
- Efectivar os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, consagrados na lei e nos contratos colectivos;
- Concretizar o direito à formação e qualificação profissional;
- Promover a igualdade no trabalho, combater todas as discriminações, directas ou indirectas;
- Prevenir e reparar a sinistralidade no trabalho e as doenças profissionais;
- Valorizar a Administração Pública, as funções sociais do Estado e os serviços públicos;
- Lutar por maior justiça fiscal que assegure uma mais justa distribuição do rendimento e serviços públicos de qualidade;
- Melhorar a Segurança Social e assegurar a sua sustentabilidade;
- Investir na Educação, defendendo uma escola pública de qualidade;
- Revitalizar e investir no Serviço Nacional de Saúde para todos os cidadãos;
- Lutar contra a pobreza e a exclusão social.

Por fim o congresso elegeu o Conselho Nacional da Central, contando agora com um maior número de mulheres e jovens e uma média de idades mais baixa que o anterior Conselho Nacional.

# Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas ALUTA É O CAMINHO

**O**s Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, alguns deles centenários, são uma componente fundamental no apoio industrial e logístico às Forças Armadas, constituindo um factor essencial para a sua operacionalidade e capacidade de defe-

sa do País.

Com o fim da guerra colonial, levantaram-se aos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas (EFFA), como em geral ao País, novas questões que exigiam respostas prontas e inovadoras.

Ignorando avisos pertinentes e propostas fundamentadas, nomeadamente as que partiram das estruturas representativas dos trabalhadores, os sucessivos governos nada fizeram no sentido da organização e modernização dos EFFA.

Perante a ausência de estratégia e o não entendimento da necessidade de uma política de defesa verdadeiramente assumida em termos nacionais, os EFFA têm vindo a ser arrastados para uma situação de desajustamento face às novas realidades económicas sociais e estratégico-militar.

Particulares responsabilidades cabem aos executivos dirigidos pelo PSD e pelo PS, ambos ora com o CDS, ora sozinhos, que sob a capa de uma necessária reestruturação, na década de 80, iniciaram os primeiros golpes na tentativa de liquidação deste importante sector.

Depois do encerramento da INDEPe da Fábrica da Cordoaria Nacional, em 1993, o

então governo do PSD com o claro propósito de encerrar a Manutenção Militar, OGFE, OGME e o Laboratório Militar, mandou para a reforma antecipada 1700 trabalhadores, deixando estes quatro estabelecimentos praticamente desprovidos de mão-de-obra qualificada. A partir daí vários são os estudos, resoluções e despachos produzidos, todos eles sempre no sentido da desactivação deste importante sector de actividade, para o entregar a meia dúzia de abutres, que há muito vêm no apoio às Forças Armadas e de Segurança uma forma de ganharem dinheiro à custa do orçamento geral do estado e da exploração de trabalhadores.

Com o Partido Socialista no Governo a situação dos actuais cerca de 1500 trabalhadores da Manutenção Militar, OGFE, OGME e Laboratório Militar está em perigo, pois com as medidas que vêm sendo desferidas contra os trabalhadores da Administração Pública, também estes trabalhadores a curto prazo podem estar abraços com a extinção dos seus postos de trabalho, com todas as consequências que daí resultam.

Este Governo do PS quer limitar a actividade do Movimento Sindical Unitário, das Comissões de Trabalhadores e do Partido Comunista Português porque tudo o que mexe com a defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo, a independência e a soberania do país eles querem destruir. Daí a sua obsessão contra a Constituição da República Portuguesa.

É pois importante que os trabalhadores e o povo em geral, que contam com o apoio do Partido Comunista Português, não parem com a luta que vêm desenvolvendo. Por isso daqui dirigimos um forte apelo a todos os trabalhadores da Administração Pública à participação nas lutas já anunciadas que terão por certo na primeira linha de combate os Comunistas deste sector.





# LUTA DA VALORSUL SALDA-SE COM VITÓRIA DOS TRABALHADORES

**O**s Trabalhadores da Valorsul venceram a luta em defesa do Acordo de Empresa(AE) e do direito à negociação.

A administração abandonou a chantagem de condicionar negociações salariais à aceitação de retirada de direitos. Da mesma forma retirou também todas as propostas que visavam redução dos direitos do AE.

O AE agora concluído mantém todos os direitos em matéria salarial, tem efeitos retroactivos a todo ano de 2007. Garante que em 2008 o AE só será revisito em aspectos de natureza pecuniária.

A luta dos trabalhadores da Valorsul arrastou-se por mais de 9 meses e implicou 12 dias de greve. A última prolongou-se durante uma semana e no seu decurso o direito constitucional á greve sofreu vários atentados, incluindo intervenções policiais, dos corpos de intervenção da GNR e PSP.

A luta travada na Valorsul não esteve isolada, foi alvo de várias manifestações de solidariedade, em particular dos trabalhadores dos serviços Municipalizados de Loures. Trabalhadores que estão agora a ser vítimas de perseguição, pela

câmara PS, com abertura de inquéritos e processos disciplinares, por se terem recusado a avançar com os camiões de lixo perante os piquetes de greve da Valorsul.

A unidade e firmeza dos trabalhadores da Valorsul foram determinantes para a vitória alcançada, e a solidariedade demonstrada no terreno pelos outros trabalhadores foi importante contributo.

O PCP saúda os trabalhadores da Valorsul que com a sua luta contribuíram para a defesa do direito á greve e obtiveram a grande vitória da manutenção de todos os direitos do AE, e apela à continuidade da unidade para a necessária vigilância dos problemas que ficaram por resolver, nomeadamente os processos disciplinares e as faltas injustificadas em resultado do exercício do direito á greve.



## Ficha de Contacto

Nome: \_\_\_\_\_

Morada: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Telemóvel: \_\_\_\_\_

Empresa: \_\_\_\_\_

Envia esta ficha para:  
Av. Liberdade, 170 - Lisboa  
ou para o email: [dorlpcp@dorl.pt](mailto:dorlpcp@dorl.pt).

## Condenação em Tribunal de um Dirigente Sindical

Perante a condenação em Tribunal de um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, Madeiras, Mármore e Cortiças do Sul a 75 dias de prisão, pelo exercício das suas responsabilidades sindicais na defesa dos direitos dos trabalhadores da empresa Pereira da Costa, na Amadora, o Executivo da Direcção da Organização Regional de Lisboa, do PCP, manifestou a sua total e activa solidariedade para com este dirigente e com os trabalhadores da empresa Pereira da Costa, e a sua confiança que a continuação e intensificação da luta que é a resposta que melhor defende os direitos destes trabalhadores e de todo o nosso povo.